

CAPÍTULO 12

MEMÓRIA E TECNOLOGIA: O REPOSITÓRIO DIGITAL HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EPT COMO FERRAMENTA DE SALVAGUARDA HISTÓRICA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.6471125260212>

Data de submissão: 26/06/2025

Data de aceite: 02/07/2025

Adriana Duarte Leon

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL)
Pelotas - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/6338845236131461>

Tobias de Medeiros Rodrigues

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Bagé - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/1485492220883862>

Luiz Felipe Pinheiro Berndt

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL)
Pelotas - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/3309338608491050>

Rafaela Domingues Cavalheiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL)
Pelotas – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/5207160419691315>

memória atua como um elo entre passado, presente e futuro, fortalecendo a identidade e inspirando novos caminhos. No contexto atual, a digitalização tem ampliado o acesso e preservação desses acervos, destacando os Repositórios Digitais (RDs) como ferramentas estratégicas para organização, segurança e democratização do conhecimento. O Repositório Digital HeMEPT, do IFSUL Campus Pelotas, é uma iniciativa pioneira que integra documentos físicos e digitais, promovendo memória coletiva, identidade institucional e diálogo entre gerações. Assim, os repositórios digitais são instrumentos essenciais para preservar, ampliar e ressignificar a memória institucional na EPT.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional e tecnológica, História, Instituição educacional, Identidade institucional

INTRODUÇÃO

A construção da memória institucional constitui um dos alicerces essenciais para compreender a identidade e a trajetória histórica de qualquer organização. No contexto das instituições de Educação Profissional e Tecnológica

RESUMO: A memória institucional é fundamental para compreender a identidade e a trajetória das instituições educacionais, indo além da simples preservação documental para manter vivas experiências, práticas e saberes. Essa

(EPT), a preservação documental assume um papel estratégico, servindo como ferramenta indispensável para registrar e salvaguardar as narrativas, práticas e transformações que marcaram a formação técnica no Brasil. Mais do que um legado do passado, a memória é um elemento ativo na construção, consolidação e reinvenção da identidade institucional. Ela atua como um elo dinâmico entre diferentes temporalidades — passado, presente e futuro —, conferindo sentido e continuidade às ações, valores e saberes que definem a história de uma instituição.

Nas instituições de EPT, essa função ganha relevância particular, pois preservar a memória institucional não se resume ao armazenamento de documentos ou à cronologia de eventos; trata-se de manter vivas as experiências formativas, as práticas pedagógicas, políticas institucionais e as trajetórias humanas de docentes e discentes que sustentaram o desenvolvimento do ensino técnico e tecnológico no país, é por meio dessa preservação que se fortalece a identidade institucional e se inspira na construção de futuros possíveis.

Essa dimensão simbólica e estratégica da memória institucional é capaz de “assegurar a preservação e a transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição, através daquilo que é produzido pelos indivíduos que a instituem e suas relações com a sociedade” (Cavalcante, Sales e Guerra, 2024, p. 4). Assim, a memória ultrapassa sua condição arquivística que transcende a simples acumulação de documentos e registros para se transformar em um instrumento epistemológico: um processo vivo de ressignificação do passado, capaz de interpretar transformações sociais, educacionais e políticas, além de subsidiar a criação de novas perspectivas para o futuro.

No cenário contemporâneo, marcado pelo avanço tecnológico e por demandas cada vez maiores por transparência, democratização do conhecimento e participação social, as instituições de ensino enfrentam o desafio de preservar seus acervos não apenas em suportes físicos sujeitos à deterioração e ao acesso restrito, mas também em plataformas digitais que ampliem o alcance e a acessibilidade das fontes históricas. A digitalização e a migração para ambientes digitais têm redefinido esse panorama, expandindo o acesso, reduzindo riscos de perdas materiais e democratizando o uso dessas informações.

Neste contexto emergem os Repositórios Digitais (RDs), definidos como sistemas de informação especializados na gestão e armazenamento de materiais digitais (Ferreira, 2006, p. 71), consolidam-se como ferramentas estratégicas de preservação, organização e disseminação do conhecimento. Além de garantirem a integridade e segurança dos documentos, promovem a democratização do acesso, permitindo que diversos públicos, de pesquisadores a estudantes, de gestores a cidadãos, se apropriem do patrimônio histórico institucional. Favorecem, assim, a circulação de informações, incentivam a produção de novos saberes e fortalecem os vínculos identitários entre sujeitos e instituições.

É nesse contexto que se insere o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT), uma iniciativa pioneira do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Campus Pelotas. O projeto articula a preservação de documentos físicos às potencialidades oferecidas pela digitalização e pela tecnologia da informação. Desenvolvido sob a coordenação do Grupo de Pesquisa História, Educação e Docência (GPHEDo), com apoio do CNPq e da FAPERGS, o HeMEPT tem como missão central organizar, preservar e disponibilizar fontes históricas ligadas à trajetória da EPT no Brasil, com ênfase nos registros produzidos no próprio campus (Rodrigues et al., 2025, p. 4).

Mais do que um simples acervo digital, o HeMEPT configura-se como um espaço ativo de articulação entre diferentes gerações, professores, estudantes, técnicos e gestores, promovendo o fortalecimento de laços identitários e contribuindo para a construção de uma memória coletiva, partilhada e constantemente atualizada.

Esta reflexão insere-se, portanto, no debate contemporâneo sobre a memória institucional e os desafios de sua preservação, com foco na realidade das instituições de EPT. Parte do reconhecimento de que repositórios digitais como o HeMEPT não são meros depósitos de documentos, mas propostas metodológicas e políticas fundamentais para assegurar a continuidade da memória, ampliar sua visibilidade e reforçar o sentimento de pertencimento coletivo.

A análise aqui apresentada busca compreender as dimensões técnicas e simbólicas envolvidas na criação e manutenção do HeMEPT, bem como suas implicações para a preservação da memória coletiva e o fortalecimento das instituições educacionais. Ao analisar seus fundamentos conceituais, recursos tecnológicos e etapas metodológicas, discutem-se as contribuições dessa iniciativa para a conservação documental, a democratização do acesso à informação e o enraizamento da identidade institucional.

Ao reconhecer os repositórios digitais como espaços vivos de produção, circulação e ressignificação da memória, este estudo destaca seu valor estratégico: mais do que preservar vestígios do passado, trata-se de manter a memória institucional atuante, estabelecendo diálogos com o presente e inspirando a construção de futuros desejáveis para a Educação Profissional e Tecnológica. Assim, este capítulo propõe uma reflexão sobre o papel central da memória na constituição das instituições educacionais, destacando os repositórios digitais como ferramentas indispensáveis para a salvaguarda documental, a democratização do conhecimento e o fortalecimento das identidades coletivas.

A MEMÓRIA INSTITUCIONAL PRESERVADA EM ACERVOS DIGITAIS:

Em uma era de rápida e incessante proliferação de informações, a preservação da memória institucional emerge não apenas como um desafio, mas como uma necessidade eminente e inadiável para organizações de todas as naturezas. Deste modo, é particularmente evidente no contexto educacional, onde o legado e a identidade são

elementos cruciais para a reflexão do passado, compreensão do presente e a projeção do futuro. Diante desse cenário Almeida, Oliveira e Rosa (2019) destacam a relevância crescente do uso de mecanismos de informação tecnológica, dentre os quais os repositórios digitais se sobressaem. Tais repositórios, em sua essência, atuam como complexas redes de salvaguarda, cuidadosamente projetadas para proteger e conservar um material imensamente rico em conhecimento acumulado. Para além de meros depósitos, esses espaços digitais funcionam como plataformas dinâmicas que incentivam e facilitam a produção intelectual contínua. Assim, a ciência subjacente à salvaguarda de documentos institucionais históricos, especialmente aqueles provenientes do campo da educação, transcende, portanto, a mera conservação física ou digital, conforme o descrito de Rodrigues (2023):

"[...] a organizar e a salvaguardar o patrimônio cultural, histórico e educativo, contido em acervos históricos, que são muito mais que meramente um aglomerado de objetos e documentos produzidos pelo homem, os quais servem de testemunhas das mudanças históricas e sociais ancoradas pela ascensão da dimensão memorial. Deste modo, essa iniciativa pode ser caracterizada como a força motriz para combater o esquecimento destes artefatos históricos, através de práticas preservacionistas que, na atualidade, mobilizam os pesquisadores da História da Educação no Brasil." (Rodrigues, 2023, p. 21).

Ainda sobre o processo por trás de preservar a história de uma instituição de ensino, há um profundo sentido de manter vivas as memórias não só da organização em si, mas também dos indivíduos que, com seu trabalho e dedicação, alicerçaram as bases dessas instituições escolares, contribuindo de forma decisiva para a compreensão de suas trajetórias evolutivas e de seus legados multifacetados.

A relevância intrínseca dos repositórios digitais, nesse contexto de valorização da memória, promove uma abordagem tecnológica inovadora e essencial para a educação, assegurando de maneira eficaz a longevidade e a acessibilidade de vastos acervos históricos. Dessa forma, transformamos esses registros, muitas vezes vulneráveis, em um patrimônio duradouro, inestimável e amplamente acessível, tanto para a comunidade acadêmica, que os utiliza como fonte primária para suas pesquisas, quanto para a sociedade em geral, que se beneficia do acesso à sua própria história e cultura, conforme reiteram Santos e Flores (2016). A implementação eficaz de um repositório digital, tal como observado por Almeida, Oliveira e Rosa (2019), confere à instituição atributos essenciais para a difusão do conhecimento científico e histórico. Esses atributos estão solidamente ancorados em valores fundamentais como a valorização do passado, a reconstrução meticulosa de narrativas e a ampla divulgação do memorial institucional, possibilitando, ademais, o acesso irrestrito e atemporal a esses recursos tecnológicos.

É exatamente nesse contexto de profunda valorização da memória e de uso estratégico da tecnologia que se insere o Repositório Digital História e Memória da EPT (HeMEPT). Concebido e desenvolvido como fruto de investimentos públicos, o HeMEPT representa um significativo repositório temático que atua diretamente no vital processo de salvaguarda educacional. Seu propósito primordial é gerar impactos relevantes na pesquisa histórica, oferecendo uma plataforma robusta e acessível. Conforme descrito de Rodrigues *et al.* (2025, p. 9-10), o HeMEPT desempenha um papel crucial:

O Repositório Digital História e Memória da EPT (HeMEPT) foi concebido com o objetivo de preservar e disponibilizar o acesso virtual a uma parte do acervo institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense (IFsul) – Campus Pelotas. Esse acervo reúne documentos e objetos históricos relacionados à instituição. A motivação para o desenvolvimento do HeMEPT decorre da constatação da importância desses materiais para a preservação da memória da Educação Profissional e Tecnológica na região e no Brasil. Parte desse acervo está disponibilizada online no repositório, com acesso gratuito, permitindo que estudantes, pesquisadores e outros interessados tenham acesso a materiais, como documentos, fotografias, livros, quadros de formatura, troféus e equipamentos de laboratório. (Rodrigues *et al.*, 2025, p. 9-10)

A existência de mecanismos de pesquisa tão avançados e acessíveis como os expostos no HeMEPT integra e materializa uma união prática, democrática, dinâmica, direta e incrivelmente acessível. Além disso, a prática de divulgação documental de base digital que emana do HeMEPT, especialmente no que tange à história institucional de uma das principais instituições escolares da Região de Pelotas, compreendendo inicialmente a Escola de Artes e Ofícios (2017) até IFsul (2008) (Roschild e Leon, 2024), configura-se como uma fonte de extrema e inegável importância para a concepção e desenvolvimento de diversas pesquisas futuras. Essas pesquisas podem abordar desde a história do desenvolvimento regional, passando pela evolução da educação profissional no país, até estudos mais específicos sobre o impacto social e econômico da instituição.

As informaçõesmeticulosamente catalogadas e disponibilizadas nos arquivos digitalizados do repositório HeMEPT permitem intuir e desenvolver estudos que vão muito além de uma mera base descritiva documental. Por exemplo, as imagens significativas de títulos esportivos, os registros de homenagens prestadas à instituição ou os tradicionais quadros de formatura, indicam aspectos ricos e complexos da história cultural, social e até mesmo das práticas pedagógicas e extracurriculares da Educação Profissional e Tecnológica. Isso significa que o repositório se torna um ambiente rico para diversos profissionais interessados em compreender a vida escolar.

CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: ENTRE O SUPORTE FÍSICO E O DIGITAL

A conservação e a preservação de acervos documentais constituem práticas fundamentais para a manutenção da integridade física e informacional dos registros históricos. Com o avanço das tecnologias da informação, novas estratégias têm sido incorporadas aos procedimentos tradicionais, destacando-se a digitalização e a criação de Repositórios Digitais (RDs). Tais iniciativas visam não apenas a salvaguarda dos documentos, mas também a ampliação do acesso ao conhecimento, promovendo a democratização da memória institucional e coletiva.

Dessa forma, é fundamental compreender as distinções conceituais entre conservação e preservação documental, ainda que ambas as práticas se inter-relacionem e se complementam em suas finalidades. A conservação refere-se a um conjunto de procedimentos aplicados diretamente aos suportes documentais, sejam físicos ou digitais, com o objetivo de conter e minimizar os efeitos da deterioração. A preservação, por sua vez, abrange um escopo mais amplo, englobando políticas institucionais, estratégias de gestão e ações preventivas e contínuas voltadas à proteção, salvaguarda e manutenção da integridade e acessibilidade dos documentos ao longo do tempo. Conforme Coradi e Eggert-Steindel (2008, p. 355) afirmam, a conservação consiste em métodos técnico-científicos para intervenções diretas nos suportes documentais, enquanto a preservação configura-se como uma política que envolve planejamento e ações preventivas para garantir a permanência e a memória dos acervos.

Portanto, preservar documentos vai muito além do simples ato de armazenar ou guardar registros. Trata-se de uma prática consciente, planejada e orientada pelo presente, cujo objetivo é assegurar a integridade dos acervos e garantir que as informações neles contidas se mantenham disponíveis, íntegras e acessíveis para as gerações futuras. Nesse sentido, Paul Conway (2001, p. 18-19) propõe cinco conceitos essenciais que fundamentam as propriedades da preservação documental: longevidade, escolha, qualidade, integridade e acesso.

A longevidade refere-se à capacidade dos documentos e de seus suportes resistirem ao desgaste físico e à obsolescência tecnológica, assegurando sua permanência e usabilidade ao longo do tempo. Já a escolha implica a seleção criteriosa dos documentos que serão preservados, considerando seu valor informativo, histórico, cultural e institucional, de modo a otimizar recursos e garantir a relevância do acervo preservado. A qualidade, por sua vez, está relacionada à manutenção da fidelidade e precisão das informações registradas, evitando alterações ou perdas que possam comprometer a confiabilidade dos conteúdos. A integridade diz respeito à preservação dos documentos em sua totalidade, garantindo que permaneçam completos, autênticos e livres de adulterações, assegurando sua legitimidade e a possibilidade de verificação de sua origem e trajetória. Por fim, o conceito de acesso aborda a disponibilização dos documentos preservados de forma segura, controlada e eficiente, respeitando normas de segurança, privacidade e direitos autorais, de modo a permitir seu uso e reutilização por diferentes públicos e finalidades.

A articulação sistemática desses cinco elementos orienta as decisões e práticas de preservação documental, estabelecendo diretrizes que conciliam aspectos técnicos, éticos e institucionais. Dessa forma, contribuem para a proteção, conservação e democratização dos conteúdos documentais ao longo do tempo, reafirmando o valor estratégico da memória registrada para a sociedade.

Nesse contexto, torna-se imprescindível articular as práticas de conservação dos acervos físicos com as potencialidades oferecidas pelas tecnologias digitais. No domínio digital, os princípios de preservação e conservação são redefinidos, enfatizando a garantia da acessibilidade contínua da informação, a proteção da integridade do item original e a manutenção dos objetos digitais (Conway 2001). Essa perspectiva expande o escopo da preservação, englobando desafios emergentes como a obsolescência tecnológica, a necessidade de migração de formatos e a gestão de repositórios digitais. A adoção de uma abordagem híbrida é crucial para ampliar o alcance da informação, promover a democratização do acesso e assegurar a perenidade dos registros documentais. Um paradigma dessa integração é o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT), criado com o objetivo de preservar e tornar acessível virtualmente parte do acervo institucional do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – Campus Pelotas, reúne documentos e objetos históricos que narram a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, consolidando-se como um espaço vital para a salvaguarda e difusão da memória educacional.

Por meio dessa iniciativa, documentos físicos são digitalizados e disponibilizados no ambiente virtual, o que lhes confere uma nova dimensão de existência e assegura que narrativas, trajetórias e identidades possam ser preservadas e acessadas por diferentes públicos. Essa prática evidencia como a integração entre suportes físicos e digitais fortalece as estratégias de preservação documental, ao mesmo tempo em que amplia o acesso democrático à informação e valoriza o patrimônio histórico. Nesse sentido, Rodrigues (2025, p. 157) enfatiza que:

“[...]a criação do HeMEPT reafirma a necessidade de enfrentar a vulnerabilidade dos acervos históricos, que estão sujeitos a fatores como deterioração, desorganização ou restrição de acesso. A digitalização desses materiais surge como uma estratégia para preservar e garantir a consulta aos conteúdos. Além de resguardar a memória da EPT, o repositório visa fortalecer vínculos acadêmicos e sociais com o passado, posicionando-se como um recurso valioso para pesquisadores e educadores”.

Essa experiência, portanto, não apenas contribui para a preservação documental e para a segurança da memória institucional, mas também para a construção de novas possibilidades de uso, estudo e circulação da informação no espaço digital, consolidando-se como uma prática essencial no cenário contemporâneo de gestão documental.

A digitalização desses materiais configura-se, portanto, como uma estratégia fundamental para a preservação e a garantia de consulta aos conteúdos documentais. Para além de resguardar a memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa iniciativa busca fortalecer os vínculos acadêmicos, institucionais e sociais com o passado, consolidando-se como um recurso valioso para pesquisadores, educadores e demais interessados. Nesse contexto, a digitalização assume o papel de ferramenta estratégica e eficaz para a preservação documental em longo prazo, sobretudo diante da vulnerabilidade intrínseca dos suportes físicos e das restrições de acesso frequentemente associadas a esses acervos. Ao reduzir os riscos de deterioração provocados pelo manuseio direto e pelas condições ambientais, a digitalização contribui não apenas para a conservação dos documentos originais, mas também para a ampliação e democratização do acesso às informações por meio de plataformas digitais. Para que essa estratégia alcance sua plena efetividade, é essencial que os materiais digitalizados sejam disponibilizados em repositórios públicos de consulta, assegurando o exercício do direito social à informação e promovendo a circulação livre do conhecimento histórico e educacional.

Para que esse processo alcance seus objetivos de forma eficaz, a organização técnica do repositório digital demanda a adoção de uma metodologia sistematizada, baseada em etapas sucessivas e interdependentes. Esse procedimento contempla as fases de recolhimento do material, identificação, higienização, catalogação, digitalização e acondicionamento, assegurando a integridade dos documentos e a qualidade das informações disponibilizadas.

A Tabela 1, a seguir, apresenta de forma detalhada as especificidades e a importância de cada uma dessas etapas para a preservação e a disponibilização adequada do acervo:

ETAPA	Descrição
Identificação	Análise detalhada e classificação dos documentos com base em suas características físicas e conteúdo informacional, visando compreender sua proveniência e contexto de produção.
Higienização	Limpeza criteriosa dos documentos para eliminação de poeira e agentes contaminantes, realizada mediante o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais apropriados, a fim de prevenir danos e assegurar a integridade dos acervos.
Catalogação	Organização dos documentos segundo data, tipo documental, gênero e espécie, com o objetivo de estruturar o acervo para facilitar sua recuperação e o acesso às informações.
Digitalização	Processo técnico que transforma os documentos físicos em arquivos digitais, garantindo a preservação digital e ampliando o acesso por meio de plataformas virtuais.
Acondicionamento	Armazenamento dos documentos físicos em condições ambientais e estruturais controladas, de modo a assegurar sua conservação e longevidade.

Tabela 1: Etapas da configuração técnica do repositório digital História e Memória da ETP

Fonte: Elaborada pelos autores.

As etapas de identificação, higienização, catalogação, digitalização e acondicionamento, quando realizadas de forma integrada e criteriosa, constituem a base essencial para a eficácia de repositórios digitais como o HeMEPT. Essas ações representam uma concepção ampla de preservação documental, que envolve tanto a proteção física dos documentos quanto sua disponibilização em formato digital.

No contexto do HeMEPT, a preservação do acervo tem sido viabilizada principalmente por meio da digitalização dos documentos e sua disponibilização em ambiente virtual. Nesse sentido, a digitalização assume um papel estratégico, pois além de contribuir para a conservação física dos documentos, promove a democratização do acesso à informação, atendendo às demandas atuais de ensino, pesquisa e valorização do patrimônio documental, “a digitalização pode ser vista como uma possibilidade de avanço tecnológico e salvaguarda cultural, pois contempla um conjunto de ações voltadas para mitigar os processos de deterioração, buscando prolongar a vida útil das obras que constituem um acervo” (Rodrigues et al. 2025, p. 7). Assim, a digitalização funciona como um recurso eficaz para minimizar a exposição dos documentos originais a agentes físicos, químicos e biológicos — os principais responsáveis pela degradação dos materiais.

Além de preservar os suportes físicos, a digitalização também reduz significativamente o manuseio direto dos documentos, o que contribui para sua conservação. Nesse sentido, Bical, Gervasio e Medeiros (2023, p. 5) afirmam que “a digitalização significa uma oportunidade de diminuição do manuseio dos originais e, assim, atua para sua preservação ao mesmo tempo em que garante o acesso e circulação do material para fins de ensino e pesquisa”. Dessa forma, as tecnologias digitais não apenas protegem os documentos contra danos físicos, como também facilitam a difusão do conhecimento ali contido.

É importante destacar que as ações de digitalização devem sempre estar alinhadas com as práticas de conservação dos suportes originais, pois a digitalização não substitui a conservação física, mas a complementa, ampliando o alcance e prolongando a vida útil dos documentos. Essa integração possibilita uma preservação mais completa dos acervos, considerando tanto sua materialidade quanto seu valor informacional e simbólico.

Portanto, a digitalização deve ser compreendida como um complemento às práticas tradicionais de conservação, e não como sua substituição. Assim, a combinação entre os métodos convencionais de conservação e as tecnologias digitais é indispensável para a gestão eficaz dos acervos documentais.

Dessa forma, a digitalização contribui não apenas para a preservação do patrimônio cultural, mas também para o fortalecimento da memória institucional, ampliando o acesso público aos documentos históricos. Trata-se, portanto, de uma ação estratégica que integra conservação, difusão e valorização do acervo educacional e histórico, reafirmando seu papel social, cultural e científico. Sob essa perspectiva, a conservação e a preservação documental — tanto no suporte físico quanto no digital — são efetivadas pela digitalização e disponibilização dos materiais em ambientes virtuais de acesso público, garantindo a proteção, longevidade e democratização do conhecimento contido nesses acervos.

O USO DEMOCRÁTICO DA TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Com o advento e a consolidação de recursos tecnológicos em pleno século XXI, tornou-se possível ampliar o acesso à informação em uma escala nunca antes vista. A digitalização de processos, documentos e saberes permitiu que o conhecimento ultrapassasse fronteiras geográficas, sociais, econômicas e culturais, chegando a lugares e pessoas historicamente excluídas. Esse movimento, contudo, não acontece de forma automática nem neutra: ele requer, por parte das instituições públicas de ensino e pesquisa, um olhar sensível e estratégico quanto ao papel que desempenham na construção, preservação e democratização do acesso ao conhecimento (Rodrigues e Leon, 2025).

Dentro desse cenário, o papel das instituições ligadas à pesquisa histórica torna-se ainda mais evidente. Tais organizações, ao dispor de acervos, registros e materiais de valor cultural, científico e social, passam a ter também a responsabilidade de garantir que essas informações não se percam com o tempo. Isso significa, entre outras coisas, investir no uso de mecanismos informacionais e tecnológicos com o objetivo de dar uma nova vida a documentos de alto impacto, garantindo sua longevidade e seu alcance. A memória institucional, muitas vezes restrita a arquivos físicos e pouco acessíveis, ganha novas possibilidades quando passa a ser digitalizada, catalogada e disponibilizada por meio de repositórios digitais e outras plataformas abertas.

Nesse sentido Rodrigues e Leon (2025) citam a importância de políticas públicas voltadas para o apoio à disseminação de mecanismos digitais de difusão do conhecimento histórico e também o uso estratégico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essa constatação leva à reflexão sobre a necessidade urgente de promover uma gestão mais equitativa do saber, reconhecendo o valor das informações do passado e das produções contemporâneas como instrumentos essenciais para a transformação social. O uso eficiente da tecnologia na educação não pode se limitar à infraestrutura, mas também deve ser compreendido como um processo de formação do conhecimento e além disso, um ato político seja na promoção ou acesso aos meios digitais de informação.

Nessa perspectiva, Lima, Lima e Silva (2010) discutem o papel das TICs como ferramentas que favorecem a democratização do saber e a pluralização das vozes envolvidas na produção do conhecimento. Essas tecnologias, quando utilizadas de maneira consciente, tornam-se aliadas na construção de espaços mais inclusivos e colaborativos. De forma complementar, Sanchez, Vidotti e Vechiato (2017) apontam os Re却itórios Institucionais (RIs) como extensões das TICs no campo da gestão da informação. Os re却itórios permitem organizar, disseminar e preservar a produção intelectual das instituições, tornando-a acessível a estudantes, professores, pesquisadores e à comunidade em geral.

No campo da pesquisa histórica em educação, o uso de tais mecanismos digitais de informação representa um avanço significativo. Ao possibilitar que documentos, fotografias, atas, relatos e outros registros estejam disponíveis digitalmente, os RIs atuam como mecanismos de quebra de paradigma da centralização do conhecimento. Em vez de estarem restritos a arquivos físicos e locais específicos, os documentos passam a integrar uma rede ampla de acesso, beneficiando não apenas os responsáveis pelos acervos, mas também todos aqueles interessados em investigar, conhecer e reinterpretar os percursos institucionais. Um dos principais ganhos desse processo é justamente a descentralização da memória e a valorização do acervo público como patrimônio coletivo.

Entretanto, é necessário destacar que a simples existência dessas ferramentas não garante, por si só, o acesso democrático à informação. Nesse sentido, Dodebe (2009), reflete de forma crítica o contexto da utilização das tecnologias, devendo ir além do encantamento com a inovação, mas também sobre a atenção dada ao processo de preservação da memória institucional como uma prática de justiça histórica e de promoção do direito à informação. Nesse sentido, é essencial compreender que a democratização do acesso à informação não está na ferramenta em si, mas na intencionalidade política de sua aplicação e no compromisso com o bem comum. É preciso superar a lógica de guardar documentos em caixas fechadas e expô-los à ação do tempo, substituindo-a por ações de digitalização, indexação e disponibilização transparente à sociedade.

Diante disso, Ramos e Rossato (2017) enfatizam a importância da cibercultura que incorpora práticas sociais, culturais e tecnológicas que se constituem a partir do uso intensivo das mídias digitais e tecnologias de confecção e comunicação (TICs). De fato, a contribuição de Ramos e Rossato (2017) se torna importante ao convite sobre a reflexão diante da reconfiguração das relações sociais a partir do uso da internet, para onde a cibercultura amplia as fronteiras da comunicação, transforma os modos de sociabilidade e permite o surgimento de novas formas de expressão e participação. Nesse contexto, os espaços digitais se constituem como arenas de disputa, de colaboração e de circulação de saberes. A ampliação de vozes, dados e documentos promovida pelas plataformas digitais transforma o modo como compreendemos e acessamos as instituições públicas e seus acervos.

A partir disso, é possível entender o uso democrático da tecnologia como um compromisso ético e político com a inclusão, a memória e a equidade. Quando aplicada de forma estratégica e sensível, a tecnologia não apenas preserva documentos, mas ativa histórias, amplia narrativas e fortalece o direito ao conhecimento. No campo da educação pública, esse é um dos caminhos mais potentes para tornar a escola um espaço verdadeiramente formador, aberto ao diálogo com o passado e comprometido com o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões desenvolvidas neste capítulo, é possível afirmar que a preservação da memória nas organizações de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) transcende o simples acúmulo de documentos e registros históricos. Trata-se de um processo que envolve dimensões simbólicas, políticas, pedagógicas e tecnológicas, voltado à valorização de trajetórias coletivas, práticas educativas e experiências que moldaram a identidade dessas instituições ao longo do tempo.

A incorporação dos Repositórios Digitais, como é o caso do História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT), emerge como uma resposta estratégica e inovadora aos desafios contemporâneos de conservação, democratização e disseminação do patrimônio documental. Mais do que preservar, os repositórios possibilitam a ressignificação da memória institucional, promovendo o acesso amplo e irrestrito às fontes históricas e oferecendo suporte fundamental à pesquisa, ao ensino e à formação identitária.

Com base nos fundamentos técnicos e epistemológicos que orientam práticas de digitalização, conservação e organização documental, evidenciou-se a importância de metodologias sistematizadas e interdisciplinares que garantam a integridade, acessibilidade e longevidade dos acervos. O HeMEPT, nesse sentido, configura-se como uma plataforma que não apenas salvaguarda documentos, mas também ativa novas formas de circulação do conhecimento, favorecendo o diálogo intergeracional e o fortalecimento da cultura institucional.

Além disso, o uso democrático das Tecnologias da Informação e Comunicação no campo da educação pública assume um papel central na construção de uma memória coletiva ativa e acessível. A digitalização, quando orientada por valores éticos e políticos, permite a inclusão de múltiplas vozes, descentraliza o saber e contribui para uma educação mais equitativa e participativa. Ao ampliar o alcance da memória institucional, os repositórios digitais promovem não só o direito à informação, mas também o direito à história.

Por fim, este estudo reforça que as práticas de preservação e difusão da memória institucional, por meio de plataformas digitais, constituem ações essenciais e urgentes em um contexto de acelerada transformação tecnológica e social. As possibilidades abertas por repositórios como o HeMEPT apontam para um futuro no qual a memória não é apenas resgatada, mas também reinterpretada e compartilhada como instrumento de pertencimento, reflexão crítica e construção de novos horizontes para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Nesse cenário, reafirma-se o papel das instituições públicas de ensino como guardiãs da memória coletiva, comprometidas não apenas com o passado, mas com a construção consciente e democrática do futuro educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isledna Rodrigues De; OLIVEIRA, Bernardina Maria J. F. De; ROSA, Maria Nilza Barbosa. *Repositórios digitais como espaços de memória e disseminação de informação*. **Informação em Pauta**, v. 4, n. especial 2, p. 117–131, 2 nov. 2019.

BICA, Alessandro Carvalho; GERVASIO, Simôni Costa Monteiro; RODRIGUES, Tobias de Medeiros. **A materialidade dos acervos históricos e o trabalho de preservação digital: o caso do Repositório Digital Tatu**. *Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 31, p. 1–21, 2023. eISSN 2178-3284. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v31i00.8671148>.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SALES, Odete Máryra Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. *Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento*. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-137828, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.137828>.

DODEBEI, Vera. *Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço*. In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. [S.I.: S.n.].

CORADI, Joana Paula; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Técnicas básicas de conservação e preservação de acervos bibliográficos. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 347–363, jul./dez. 2008.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

GREGORIO, Janine Marques da Costa; COSTA, Antônio da, MACIEL, Viviane Barros. Práticas Historiográficas apoiadas nos objetos digitais: contribuições da História Digital. **Revista Brasileira de História da Educação**. 2025.

RAMOS, Wilsa Maria; ROSSATO, Maristela. Democratização do acesso ao conhecimento e os desafios da reconfiguração social para estudantes e docentes. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 11, n. 3, p. 1034–1048, 30 nov. 2017.

RODRIGUES, Tobias De Medeiros. **As contribuições do repositório digital Tatu da UNIPAMPA para a pesquisa e pesquisadores em história da educação**. [S.I.]: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2023.

RODRIGUES, Tobias De Medeiros; LEON, Adriana Duarte. A democratização do conhecimento e as novas possibilidades na pesquisa historiográfica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 6, p. e8516, 3 jun. 2025.

RODRIGUES, Tobias de Medeiros. **Percepção dos usuários do repositório digital História e Memória da ETP do IFSul: relevância, impacto e contribuições à preservação e pesquisa**. 2025. Tese (Doutorado Profissional em Educação e Tecnologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2025.

ROSCCHILD, Adriana Barboza; LEON, Adriana Duarte. Uma viagem pela arquitetura escolar: da Escola de Artes e Ofícios ao Ifsul. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 9, p. e7620–e7620, 11 set. 2024.